



## AVULSO

### EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

a) O inciso VII, do Art. 58, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 58 . . . . .

VII — igualdade de vencimentos com os magistrados da mesma entrância”.

b) Fica acrescido o Art. 58, de um parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 58 . . . . .

Parágrafo único — Os procuradores da Justiça terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Juízes do Tribunal de Alçada”.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

aa)

ACCIOLY NETO  
EDILSON ALENCAR  
ENÉAS FARIA  
NILSO SGUAREZI  
OTÁSSIO PEREIRA  
OSVALDO MACEDO  
ADALBERTO DAROS  
DENI SCHWARTZ  
JORGE SATO  
FIDELCINO TOLENTINO  
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO  
ERNESTO DAL’OGLIO  
ERNESTO GNOATO  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
MAURÍCIO FRUET  
DAVID FEDERMANN  
GABRIEL MANOEL  
JURANDIR MESSIAS  
LUIZ GABRIEL SAMPAIO  
WALDENÍCIO BARBALHO  
LÚCIO MACHADO  
DOMÍCIO SCARAMELLA

## JUSTIFICATIVA:

Cumprindo dispositivo constitucional, apresento à Mesa hoje, emenda à Constituição do Estado pela qual proponho uma nova redação ao Inciso 7º do Artigo 58, que também acresce o mesmo Artigo 58 e um parágrafo único.

"A atual Constituição do Estado prevê em seu artigo 58, Inciso 7º, que mediante Lei do Estatuto do Ministério, estabelecerá estudos e instruções, fixando atribuições observado o seguinte:

"Inciso 7º — Fixarão de vencimentos na primeira Entrância, com diferença não excedente de 20 por cento, de uma para outra Entrância, atribuindo-se ao de Entrância mais elevada, não menos de dois terços do vencimento do Procurador Geral da Justiça".

Este dispositivo, com a redação proposta na emenda, passa a ser o seguinte: "Igualdade de vencimentos com os Magistrados da mesma Entrância".

Por outro lado, neste mesmo artigo 58, pela emenda que acresce um parágrafo único, com a seguinte redação: "Os procuradores da Justiça terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Juízes do Tribunal de Alçada".

Essa primeira emenda, a que dispõe sobre igualdade de vencimentos com os Magistrados da mesma Entrância, já constitui dispositivo da Constituição do Estado de Sergipe. Artigo 95: "aplica-se aos membros do Ministério Público o seguinte: igualdade de vencimentos com os Magistrados da mesma Entrância".

Por outro lado, o atual artigo 58, inciso 7º, com a redação que acabei de ler, encontra similitude em vários textos constitucionais de Estados da Federação.

Todavia, em 1962, o Supremo Tribunal Federal, julgando a representação 826, do Procurador Geral da República, entendeu que esse dispositivo que vou ler, é inconstitucional. "Vencimentos fixados com diferença não excedente de 20 por cento de uma para outra Entrância, atribuindo-se aos da Entrância menos elevada menos 10 por cento dos vencimentos dos Procuradores, os quais receberão 10 por cento menos daqueles atribuídos aos Procuradores Gerais da Justiça".

Esse dispositivo da Constituição do Mato Grosso, que acabei de ler, é idêntico ao da Constituição do Estado do Paraná. Cabem e se entrosam, perfeitamente, em ambas as redações.

Ora, se o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o dispositivo da Constituição do Estado do Mato Grosso, é lógico e óbvio que o mesmo dispositivo de nossa Constituição também é inconstitucional, face à Carta Federal.

E como o Senado Federal, pela resolução nº 44, de 26-09-72, publicada no Diário do Congresso Nacional de 27-09-72, já suspendeu também a execução desse dispositivo da Carta Estadual de Mato Grosso, podemos, e devemos até, nos antecipar à medida idêntica que, porventura, venha a ser tomada com relação ao Estado do Paraná.

E a emenda visa, antes do mais, isso exatamente.

E no mérito, pretende a emenda estabelecer aquilo que vimos debatendo já há algum tempo, nesta Casa: igualdade de vencimentos da mesma Entrância, entre os Juiz de Direito e o Procurador da Justiça.

Por outro lado, a emenda preconiza também que os Procuradores da Justiça terão as mesmas garantias, os mesmos direitos, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Juízes do Tribunal de Alçada.

Não é esta proposição inovação. Não constitui um fato "sui generis" do Direito Constitucional do Estado do Paraná. Porque, os Procuradores da Fazenda, junto ao Tribunal de Contas, têm as mesmas prerrogativas, direitos, vantagens e vencimentos dos Auditores, junto ao mesmo Tribunal.

Por sua vez, esses Auditores têm os mesmos direitos, vantagens, vencimentos e impedimentos dos Conselheiros do Tribunal, os quais, por sua vez, têm os mesmos direitos, vantagens, vencimentos, prerrogativas e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Portanto, me parece que a proposição de estabelecer para o Procurador de Justiça, que é o ponto culminante do Ministério Público, vencimentos idênticos, vantagens, impedimentos dos Juízes do Tribunal de Alçada, importa em reconhecer as atribuições do Procurador de Justiça são elevadas e são do porte do Juiz do Tribunal de Alçada. Assim como a própria Constituição já reconheceu que o Procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas exerce posição de importância idêntica ao do Auditor, ao do Conselheiro e ao do próprio Desembargador do Tribunal de Justiça.

Poder-se-ia afirmar que estaria se pretendendo, com esta emenda, na verdade, uma vinculação que a Constituição Federal, no art. 98, § 2º expressamente veda. Mas não é assim.

Segundo o eminente jurista Pontes de Miranda em seus alentados comentários à Constituição de 67, com emenda nº 1, página 482 — “Entre os cargos públicos pode haver *igualdade* ou *coincidência ocasional de tratamento*, ou *equiparação*, ou *tratamento em função*, ou haver *identidade*. A igualdade pode ser estabelecida pela *regra jurídica constitucional*, ou, respeitados os princípios constitucionais, pela lei. A *coincidência ocasional* exsurge sempre que o cargo a tem vantagens, prerrogativa, julgamento especial, incompatibilidade, vencimentos, ou outro elemento de nomeação, de aprovação, ou de posse, ou de direitos e pretensões, sem que se tenha estabelecido qualquer relação jurídica entre os cargos. Não foram igualizados, nem equiparados”.

É exatamente esta a situação da emenda. Não há nenhuma vinculação entre o Juiz de Direito e o Promotor em cada uma das instâncias e, também, isso não ocorre em relação ao Procurador de Justiça e o Juiz do Tribunal de Alçada.

Outro processualista, também, de nomeada, Manoel Gonçalves Ferreira Filho diz o seguinte:

Que a regra do art. 98, parágrafo único que veda a vinculação se teve por objetivo “impedir as chamadas majorações automáticas estabelecidas para o Executivo, arrastariam consigo o Legislativo e o Judiciário. Assim, força o exame de cada caso, para obter a solução mais justa e adequada, o que evidentemente não veda a adoção de solução iguais, sendo iguais as condições”.

Então, me parece que na opinião abalizada de Pontes de Miranda que não vê neste tipo de Proposição nenhuma vinculação de equiparação e, também, calcado nesta afirmação, agora lida, de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que esta emenda ora proposta à Constituição do Estado tem substrato constitucional para que possa ser aprovada pela Casa.

E, é por esta razão que, por derradeiro, solicito aos Srs. Deputados, como uma medida de Justiça e uma fórmula de resolver a questão aqui suscitada, que aprovemos esta emenda à Constituição do Estado.

Com isto forneceremos meios legais e instrumento constitucional adequado ao Sr. Governador do Estado para que, tão logo seja promulgada a emenda, ele possa encaminhar à Casa projeto de lei propondo uma diferença na remuneração que devemos aprovar para os Promotores, diferença esta que equivalerá em cada entrância ao que percebem os Juizes de Direito e, em relação ao Promotor de Justiça, compatível com a remuneração recebida pelos Juizes do Tribunal de Alçada.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Accioly Neto, tão somente para indagar de V. Exa. um entendimento que tenho sobre o que preceituam dispositivos da Carta Magna e de nossa Constituição Estadual.

Verificamos, Sr. Deputado, que o artigo nº 72, da Constituição Federal, em seu § 3º, tem a seguinte redação, com referência a vencimentos, no que trange aos membros do Tribunal de Contas da União:

“§ 3º — Os seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos”.

Vemos também, Sr. Deputado, que no artigo 41 da Constituição Federal, em seu § 3º, o legislador pretendeu adaptar a nossa Carta Estadual à Federal, no que se refere aos membros do Tribunal de Contas.

“§ 3º — Os seus conselheiros serão nomeados pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública...”

“Ipsis literis”, conforme a redação da Constituição Federal.

E continua: “... e terão as mesmas garantias, prerrogativas” — e daí a estranheza, excluem-se a expressão *vencimentos*, para continuar — “... e impedimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça”.

A indagação é a seguinte. Hoje os Conselheiros do Tribunal de Contas têm vencimentos equiparados aos de Desembargadores. Quer me parecer que à época da edição desta Constituição não estava instalado o Tribunal de Alçada do Paraná, que, em hierarquia, me equipara, no plano Federal, ao Tribunal de Recursos. Indago de V. Exa. se foi proposital a exclusão da expressão *vencimentos* da redação do § 3º, do artigo nº 41, da Constituição Estadual, ou se entende esta equiparação de vencimentos como legal.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. tocou um ponto que cria uma situação altamente discutível dentro desta Casa.

A Mensagem do Governador do Estado propõe que os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas sejam idênticos aos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Com razão V. Exa. aponta o fato em que o § 3º, do artigo nº 41, não alberga a expressão *vencimentos*, e da mesma forma, V. Exa. verá mais adiante, que no parágrafo 4º, também essa expressão "vencimentos" não está escrita, quando trata dos auditores, e mais adiante, quando trata dos Procuradores, também verificará que não só não consta "vencimentos" como também não consta "prerrogativas e impedimentos", apenas "garantias".

Todavia, os Auditores do Tribunal de Contas também tiveram fixados em mensagem, seus novos vencimentos, os quais foram iguais aos atribuídos aos Procuradores da Justiça, aos Promotores da Fazenda, junto ao Tribunal de Contas.

Portanto, a anomalia que existe, se é de se reconhecer seria só pelo fato de não constar do texto constitucional. Nada impede que o Governador do Estado fixe os vencimentos dos membros do Tribunal de Contas, como Conselheiros, nas mesmas proporções dos Desembargadores do Tribunal de Justiça. Assim como nada impede que Auditores e Procuradores junto à Fazenda Pública, percebam vencimentos que o Governador entender fixar para essas duas categorias distintas.

V. Exa. tem razão quando diz que deveriam corresponder os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas aos dos Juízes do Tribunal de Alçada. Mas, desde que esta não é a regra que prevalece, mas ao contrário, se estabeleceu com essa proposta do Governador uma regra, segundo a qual um Conselheiro do Tribunal de Contas deve ganhar tanto quanto ganha um Desembargador, me parece que amenda está perfeita, quando permite que os Procuradores da Justiça percebam aquilo que percebe o Juiz do Tribunal de Alçada.